

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA NACIONAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO
MINERAL

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM

Diretoria de Geologia e Recursos Minerais - DGM

Departamento de Geologia - DEGEO

PLANO DECENAL DE
MAPEAMENTO GEOLÓGICO BÁSICO
PLANGEO 2025-2034

Relatório de Acompanhamento - Ano-base 2025

Brasília, 2026

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	01
II – SÍNTESE DO PLANGEO 2025-2034.....	01
III – EXECUÇÃO DO PLANGEO EM 2025.....	03
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	07
REFERÊNCIAS.....	08

I – INTRODUÇÃO

Com a publicação da Portaria Normativa nº 72/GM/MME, de 13 de março de 2024 (BRASIL 2024a), que instituiu o PlanGeo – Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico e Levantamento de Recursos Minerais, o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), por meio da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM), envidou esforços para atender às diretrizes e orientações estabelecidas no instrumento normativo. Como resultado, em agosto de 2024 foi lançado o **Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico – PlanGeo 2025–2034**.

Concebido como um instrumento de planejamento de longo prazo para a expansão da cobertura do mapeamento geológico no território nacional, o PlanGeo 2025–2034 prioriza o mapeamento geológico sistemático nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, com foco em províncias minerais consolidadas e emergentes, distritos mineiros e novas fronteiras do conhecimento geológico, visando ampliar a compreensão da geologia brasileira e fomentar novas descobertas minerais.

A partir de 2025, as atividades de mapeamento geológico sistemático do SGB-CPRM passaram a ser executadas no contexto do PlanGeo 2025–2034, em alinhamento com as metas do Programa Mineração Segura e Sustentável, do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024–2027) (BRASIL 2023), e com suporte orçamentário do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC (BRASIL 2024b). O Novo PAC tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico nacional por meio de investimentos em setores estratégicos, entre os quais se destaca a transição energética, que demanda o fortalecimento do conhecimento geológico como base para a identificação e avaliação de recursos minerais essenciais ao desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.

Este documento apresenta, de forma sintética, o balanço do primeiro ano de execução do PlanGeo 2025–2034, em atendimento ao disposto no art. 5º da Portaria Normativa nº 72/GM/MME.

II – SÍNTESE DO PLANGEO 2025-2034

O processo de elaboração do PlanGeo 2025–2034 (Rosa-Costa et al. 2024) teve início com a definição, pelas equipes técnicas do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), das áreas prioritárias para o mapeamento geológico do território nacional. Essas propostas foram posteriormente submetidas à consulta pública, realizada entre março e maio de 2024, permitindo a participação de representantes da indústria mineral, instituições de pesquisa, universidades, órgãos governamentais e demais segmentos da sociedade. As contribuições recebidas subsidiaram o refinamento das prioridades e contribuíram para consolidar um planejamento alinhado às demandas do setor mineral e aos interesses estratégicos do País.

O PlanGeo 2025–2034 foi estruturado em três cenários de execução, concebidos para compatibilizar as metas com diferentes níveis de disponibilidade orçamentária e de capacidade operacional do SGB-CPRM

ao longo de sua vigência. O Cenário 1 corresponde à manutenção dos níveis médios de investimento observados nos últimos anos e estabelece uma programação compatível com a capacidade operacional atual. Os cenários 2 e 3 contemplam, respectivamente, ampliações moderada e expressiva dos investimentos, permitindo acelerar a expansão da cobertura do mapeamento geológico e ampliar o número de áreas contempladas.

Embora os três cenários tenham sido concebidos com base em diferentes perspectivas de financiamento e da capacidade operacional do SGB-CPRM, todos preservam os mesmos critérios técnicos para priorização das áreas e os objetivos estratégicos do plano. Essa abordagem confere flexibilidade à sua implementação, permitindo adequar o ritmo de execução à disponibilidade de recursos humanos e orçamentários, sem comprometer a coerência do planejamento de longo prazo.

Como resultado desse processo, foram priorizadas 354 folhas cartográficas, organizadas em 73 blocos de mapeamento, com predominância da escala 1:100.000 (Tabela 1; Figura 1). Essa priorização reflete o entendimento técnico de que essa constitui a escala mínima necessária para a avaliação do potencial mineral de uma determinada área e para a geração de informações geocientíficas que subsidiem a pesquisa exploratória pelo setor privado. Folhas cartográficas na escala 1:250.000 foram programadas em áreas mais interiores da Amazônia e/ou de muito baixo conhecimento geológico.

Cabe destacar que o planejamento decenal incorporou, também, áreas cujas atividades de mapeamento geológico já se encontravam em andamento antes da elaboração do PlanGeo 2025–2034 e que teriam continuidade em 2025. Essa estratégia permitiu integrar projetos em execução ao planejamento de longo prazo, assegurando maior continuidade às ações institucionais e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Tabela 1 – Quantitativos de folhas cartográficas propostas em cada cenário de mapeamento do PlanGeo 2025-2034, com previsão da área a ser mapeada e corpo técnico envolvido. **base de cálculo: 3.000 km² por folha cartográfica; **base de cálculo: 18.000 km² por folha cartográfica; *** base de cálculo: 2 geólogos(as) por folha cartográfica.*

QUANTITATIVOS	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Número de blocos	34	52	73
Número de folhas cartográficas	148	247	354
Número de folhas cartográficas 1:100.000	140	234	341
Número de folhas cartográficas 1:250.000	8	13	13
Área a ser mapeada em escala 1:100.000 (km ²)*	420.000	702.000	1.023.000
Área a ser mapeada em escala 1:250.000 (km ²)**	144.000	234.000	234.000
Geólogos(as)***	90	150	210
Média de folhas cartográficas mapeadas anualmente	15	25	35
Orçamento de Custeio Estimado (R\$)	77.000.000	126.800.000	183.400.000

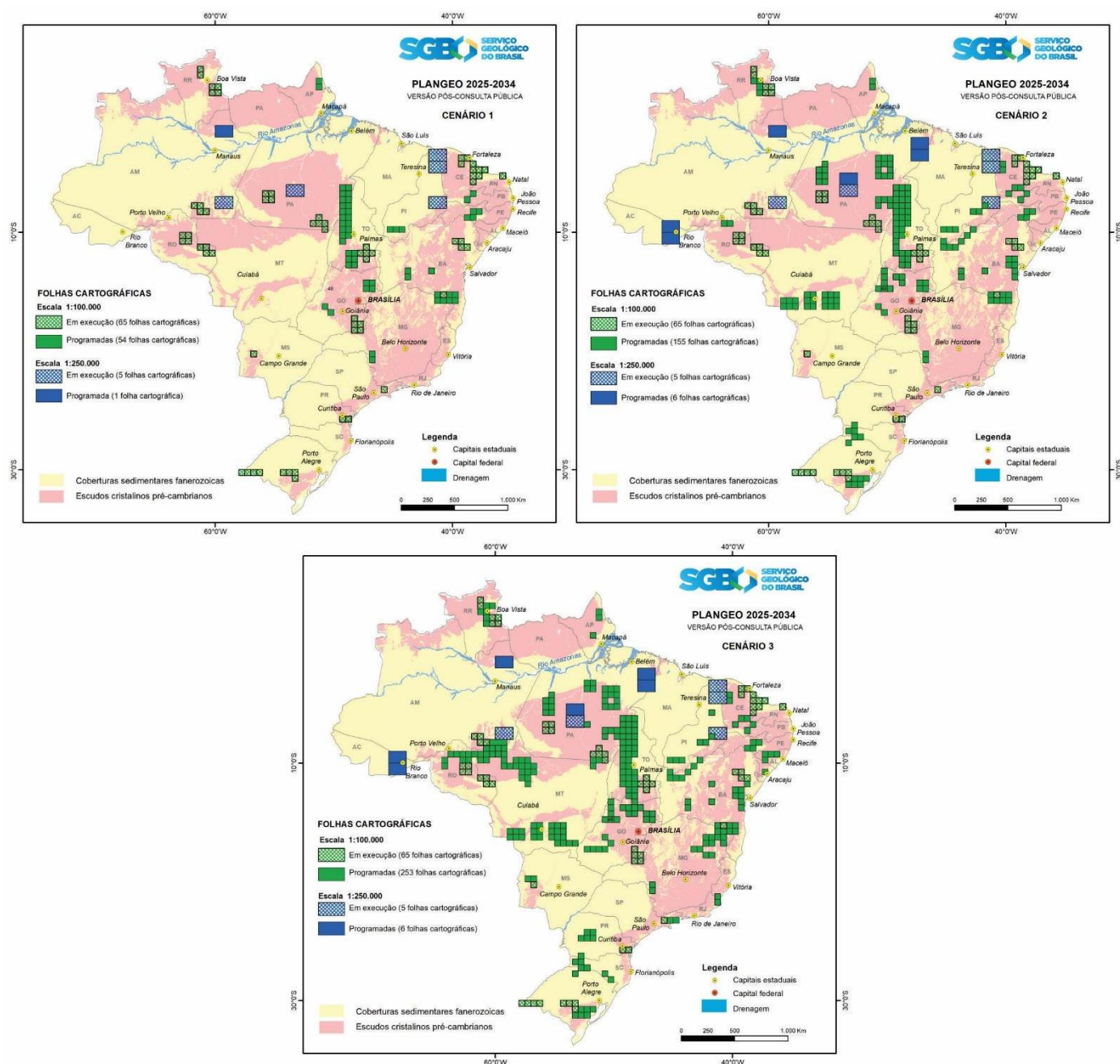


Figura 1 – Distribuição espacial das folhas cartográficas previstas nos Cenários 1, 2 e 3 do PlanGeo 2025–2034.

III – EXECUÇÃO DO PLANGEO EM 2025

O Plano Anual de Trabalho (PAT 2025) da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil para o ano de 2025 contemplou a execução de 28 projetos de mapeamento geológico sistemático (Tabela 2). Desse total, vinte e três (23) correspondiam a projetos iniciados em anos anteriores,

em diferentes estágios de execução, alguns dos quais já contavam com mapas geológicos publicados, enquanto cinco (05) tiveram início em 2025.

Entre os novos projetos, quatro (04) correspondem a áreas prioritárias definidas no Cenário 1 do PlanGeo 2025–2034: Arco Magmático de Goiás – Setor Norte, Província Gráfica-Pegmatítica BA–MG, Alto Paranaíba (MG) e Bloco Bela Vista–Porto Esperança (MS). Adicionalmente, foi incorporada a área Vale do Taquari–Serra Gaúcha, em atendimento à demanda emergencial do Estado do Rio Grande do Sul decorrente dos impactos das enchentes ocorridas em 2024.

Tabela 2 – Projetos de mapeamento geológico que constituíram o PAT 2025, referentes ao primeiro ano de execução do PlanGeo 2025-2034.

Projetos (nome resumido)	Escala	Situação em 2025
Domínio Iriri-Xingu (PA)	1:250.000	Em continuidade
Região do Rio Sucunduri (AM)		Em continuidade
Borda Oriental da Bacia do Parnaíba (PI-CE)		Em continuidade
Faixa Roosevelt-Guariba (AM)	1:100.000	Em continuidade
Centro-Leste de Rondônia (RO)		Em continuidade
Rondônia Central (RO)		Em continuidade
Serra da Lua (RR)		Em continuidade
Norte de Roraima (RR)		Em continuidade
Arquitetura Crustal de Carajás (PA)		Em continuidade
Domínio Tapajós Leste (PA)		Em continuidade
Domínio Santana do Araguaia (PA)		Em continuidade
Província Rondônia-Juruena (MT)		Em continuidade
Distrito Almas-Dianópolis (TO)		Em continuidade
Arco Magmático de Goiás – Setor Norte (GO-TO)		Novo
Região de Ourizona-Catalão (GO)		Em continuidade
Bela Vista-Porto Esperança (MS)		Novo
Canindé-São Luís do Curu-Fortaleza (CE)		Em continuidade
Região Limítrofe Ceará-Rio Grande do Norte (CE-RN)		Em continuidade
Folha Sousa (PB)		Em continuidade
Folha Pureza (RN)		Em continuidade
Bacia Alagoas (AL)		Em continuidade
Itiúba-Santa Luz (BA)		Em continuidade
Província Gráfica-Pegmatítica da BA-MG		Novo
Alto Paranaíba (MG)		Novo
Sudeste do Paraná (PR)		Em continuidade
Bacia Carbonífera de Santa Catarina (SC)		Em continuidade
Escudo Sul-Rio Grandense - Terreno São Gabriel (RS)		Em continuidade
Vale do Taquari e Serra Gaúcha (RS)		Novo

Para a execução do PAT 2025, foram destinados R\$ 8.501.000,00 da Ação Orçamentária 21HE – Pesquisa Mineral (Novo PAC), ao Plano Operacional de Mapeamento Geológico Básico, no âmbito da Lei Orçamentária Anual (LOA 2025).

Entretanto, ao longo do exercício, a execução orçamentária foi impactada por alterações na programação financeira. Nos meses de junho e julho, o Decreto nº 12.477/2025 determinou o bloqueio de R\$ 1.709.162,00 do orçamento anual. Posteriormente, o Decreto nº 12.566/2025 autorizou o desbloqueio integral desses recursos, restabelecendo sua disponibilidade entre os meses de agosto e setembro.

Adicionalmente, os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) estabeleceram limites mensais para empenho e pagamento das despesas, restringindo o fluxo contínuo de execução orçamentária ao longo do exercício. Apesar dessas limitações, aproximadamente 90% dos recursos disponibilizados foram efetivamente executados até o encerramento de 2025, com as respectivas despesas liquidadas e pagas.

Esse cenário de instabilidade orçamentária impactou o custeio das atividades de campo e das análises laboratoriais previstas, comprometendo parcialmente o cumprimento do cronograma físico de diversos projetos de mapeamento geológico, com reflexo em entregas anuais previstas para os exercícios subsequentes.

Ao final de 2025, o balanço das atividades de mapeamento geológico resultou na publicação de doze (12) cartas geológicas, correspondentes a uma área total de aproximadamente 66.000 km². Desse total, cerca de 30.000 km² referem-se a dez (10) cartas geológicas na escala 1:100.000, enquanto aproximadamente 36.000 km² correspondem a duas (02) cartas geológicas na escala 1:250.000 (Figura 2; Tabela 3).

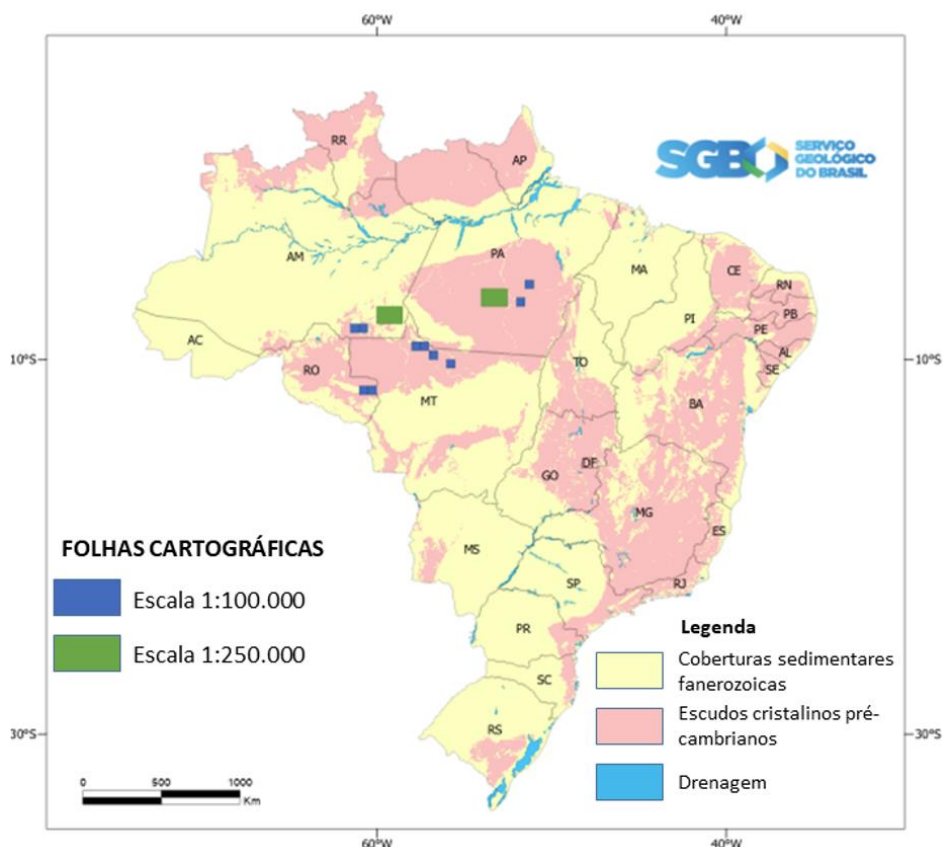


Figura 2- Distribuição espacial das cartas geológicas/folhas cartográficas publicadas no ano de 2025, no contexto do PlanGeo 2025-2034.

Tabela 3– Relação das cartas geológicas/folhas cartográficas nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, publicadas no ano de 2025.

Projetos (nome resumido)	Código da Folha Cartográfica	Nome da Folha Cartográfica	Escala	Área mapeada (Km²)	Área mapeada por escala (Km²)
Domínio Iriri-Xingu (PA)	SB.22-Y-A	Igarapé Triunfo	1:250.000	18.000	36.000
Região do Rio Sucunduri (AM)	SB.21-Y-C	Rio Acari		18.000	
Faixa Roosevelt-Guariba (AM)	SC.20-X-B-II	Igarapé da Taboca	1:100.000	3.000	30.000
	SC.20-X-B-I	Rio Machadinho		3.000	
Centro-Leste de Rondônia (RO)	SC.20-Z-D-V	Primavera		3.000	
	SC.20-Z-D-VI	Sargento Paixão		3.000	
Arquitetura Crustal de Carajás (PA)	SB.22-Y-B-V	São Félix do Xingu		3.000	
	SB.22-V-D-VI	Rio Aquiri		3.000	
Província Rondônia-Juruena (MT)	SC.21-V-D-II	Serra dos Apiacás		3.000	
	SC.21-V-D-III	Rio Ximari		3.000	
	SC.21-X-C-IV	Rio Paranaíta		3.000	
	SC.21-Z-A-III	SC.21-Z-A-III		3.000	
ÁREA MAPEADA TOTAL (Km²)					66.000

As doze (12) cartas geológicas publicadas em 2025 representam o primeiro conjunto de entregas do PlanGeo 2025–2034, correspondendo a execução de 7,1% das folhas cartográficas previstas na escala 1:100.000 e a 25% das previstas na escala 1:250.000 para o Cenário 1 (Figura 3).

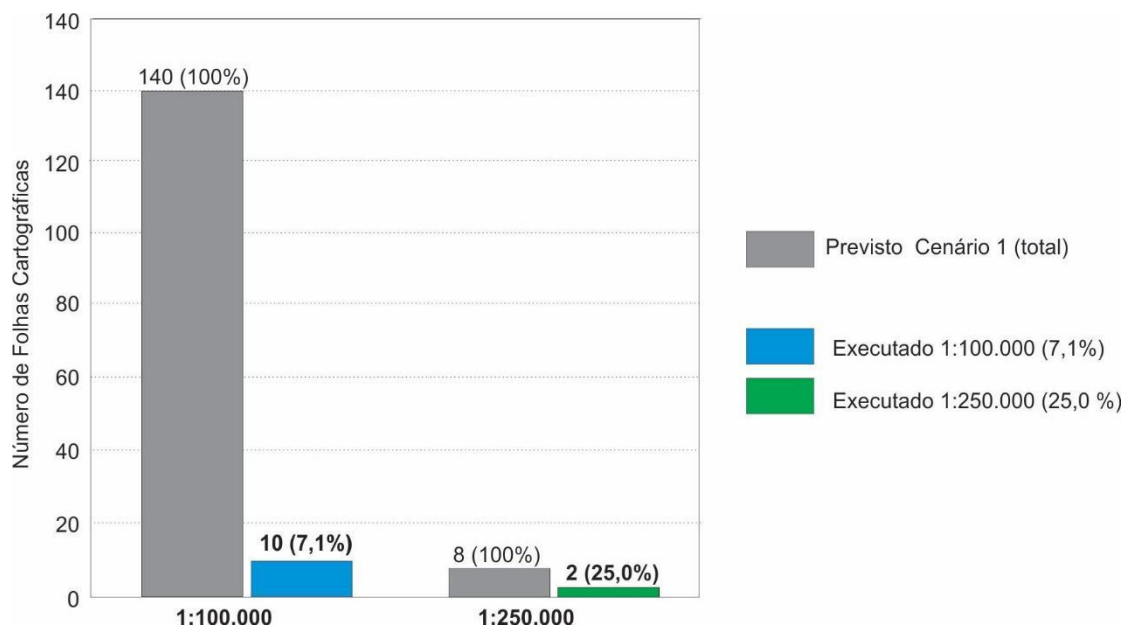


Figura 3 – Diagrama de avanço anual (2025) da execução do PlanGeo 2025-2034, a partir da publicação de cartas geológicas nas escalas 1:100.000 e 1:250.000 previstas no Cenário 1.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento geológico sistemático do território brasileiro constitui uma função essencial do Estado e uma das principais atribuições do Serviço Geológico do Brasil, fornecendo a base de conhecimento geocientífico necessária para subsidiar a pesquisa mineral, bem como diversas outras áreas das Geociências, incluindo os estudos hidrogeológicos, o planejamento e a gestão territorial e a formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências técnico-científicas.

Elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria Normativa nº 72/GM/MME, o PlanGeo 2025–2034 reafirma o mapeamento geológico como uma atividade estratégica e de interesse público. O conhecimento geocientífico gerado subsidia não apenas a pesquisa mineral e a atração de investimentos, mas também políticas públicas relacionadas à transição energética, à sustentabilidade do agronegócio e à segurança alimentar, à gestão dos recursos hídricos, ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento nacional. Nesse contexto, o PlanGeo deve se consolidar como um

instrumento estratégico para fortalecer a soberania do Brasil sobre suas informações geológicas e promover o desenvolvimento apoiado na produção contínua de conhecimento geocientífico de qualidade.

A execução do PlanGeo em 2025 ocorreu no âmbito do Cenário 1, concebido com base na média histórica dos recursos orçamentários destinados ao mapeamento geológico e na manutenção da atual capacidade operacional do SGB-CPRM. Embora compatível com as condições orçamentárias e operacionais vigentes, esse cenário limita a velocidade de expansão da cobertura geológica do território nacional. A publicação de doze (12) cartas geológicas — dez (10) na escala 1:100.000 e duas (02) na escala 1:250.000 — representa um importante resultado do primeiro ano de implementação do planejamento decenal, porém corresponde a um incremento inferior a 0,5% na cobertura nacional de mapeamento geológico nas duas escalas de referência.

Esse desempenho evidencia que o alcance das metas de longo prazo estabelecidas no PlanGeo 2025–2034 dependerá da ampliação gradual dos investimentos, do fortalecimento institucional do SGB-CPRM e do compromisso contínuo do Ministério de Minas e Energia em assegurar as condições necessárias para a execução dos cenários de maior abrangência do planejamento decenal de mapeamento geológico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. 2024a. Portaria Normativa no 72/GM/MME, de 13 de março de 2024. Dispõe sobre o Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico e Levantamento de Recursos Minerais – PlanGeo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 51, p. 48, 14 Março. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/2024/portaria-normativa-n-72-gm-mme-2024.pdf>.
- ROSA-COSTA L. T. da, FERREIRA M. V., ALMEIDA M. E. de, SANTOS, P. A. dos, MEDEIROS, V. C. de. 2024. Plano decenal de mapeamento geológico básico: PlanGeo 2025- 2034. Brasília: Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: <https://rigo.sgb.gov.br/handle/doc/24990>.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. 2023. Plano plurianual 2024-2027. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO. 228p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/pln/2023/anexo/msg%20428-23-anexo.pdf
- BRASIL. 2024b. Casa Civil da Presidência da República. Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC: pesquisa mineral. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/transicao-e-seguranca-energetica/pesquisa-mineral>.
- SGB-CPRM. 2024. Plano Anual de Trabalho de 2025 (PAT 2025) do SGB-CPRM. SUPLAN - Superintendência de Planejamento Estratégico. 25p. Disponível em: Plano Anual de Trabalho de 2025 (PAT 2025) do SGB-CPRM. SUPLAN - Superintendência de Planejamento Estratégico.